

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2009/2010
MOBILIÁRIO

O **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JUIZ DE FORA**, registro sindical nº 00409.007.127-4, CNPJ nº 21.607.122/0001-10, estabelecido na Rua Batista de Oliveira, nº 347, centro, nesta cidade, neste ato representado por seu diretor-presidente, **Sr. Márcio Mendes de Almeida**, CPF nº 899.135.316-91, e o **SINDICATO INTERMUNICIPAL DAS INDÚSTRIAS DO MOBILIÁRIO E ARTEFATOS DE MADEIRA DE JUIZ DE FORA**, registro sindical 46.000.00.3056/98, CNPJ nº 26.128.751/0001-81, estabelecido na Av. Rio Branco, 2.337 – 13º andar, centro, nesta cidade, neste ato representado por seu presidente **Sr. Carlos Antônio Soranço de Carvalho**, CPF 182.086.096-68, resolvem celebrar a presente Convenção Coletiva de Trabalho e o fazem mediante as seguintes cláusulas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DATA BASE

Fica mantida a Data Base da categoria profissional em 1º de abril de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - CORREÇÃO SALARIAL

Os salários dos empregados pertencentes à Categoria Profissional representada serão corrigidos no percentual de **7%** (*sete por cento*), sendo repostas todas as perdas salariais ocorridas no período de 01 de abril/2008 a 31 de março/2009. O referido percentual deverá ser aplicado sobre todos os salários pagos em abril/2008, ou seja, o mesmo percentual negociado será aplicado sob todos os salários praticados, inclusive para os salários acima do piso, garantindo-se os valores dos pisos salariais constantes na cláusula Terceira, como forma de se compensar as antecipações legais e espontâneas concedidas no período de abril/2008 a março/2009.

Parágrafo Único: Sempre que houver aumento do salário mínimo, aos valores previstos para AJUDANTE DE PRODUÇÃO, AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIARES, deverá ser acrescido a quantia em moeda corrente que corresponda ao valor de acréscimo para o salário mínimo, até que ocorra o próximo reajuste da data base.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PISOS SALARIAIS

Foram negociados e concedidos os seguintes valores, a título de PISOS SALARIAIS, a partir de 01/04/2009:

- a) PROFISSIONAL: R\$ 720,00**
- b) MEIO OFICIAL: R\$ 584,00**
- c) AJUDANTE DE PRODUÇÃO, AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIARES: R\$ 492,00**

Parágrafo Primeiro - Aos empregados que percebem remuneração por produção ou por tarefa, fica assegurada a percepção do salário correspondente ao do dia normal de trabalho, quando por culpa do empregador, for impossível a realização da tarefa ajustada.

Parágrafo Segundo - Os salários dos empregados maiores de 14 (quatorze) anos e menores de 18 (dezoito) anos, não aprendizes serão aumentados segundo os critérios desta CCT e a dos aprendizes na proporção de que trata a lei. (art. 180 da CLT).

Parágrafo Terceiro – O prazo máximo de permanência de qualquer empregado em função e piso de meio oficial será de doze meses. Após, obrigatoriamente, deverá ocorrer a classificação como profissional e pagamento do respectivo piso.

O empregado admitido como aprendiz de Profissional (meio oficial), não poderá operar equipamentos de trabalho sozinho (tais como: serras circulares ou qualquer instrumento que represente perigo iminente de acidente de trabalho).

CLÁUSULA QUARTA - PRÊMIO ASSIDUIDADE

Exclusivamente sobre os valores devidos à título de gratificação de natal (13º salário) as empresa farão incidir um acréscimo de 7 % (sete inteiros por cento) à título de Prêmio Assiduidade, a partir de 01/04/2009.

Parágrafo Primeiro - O mesmo percentual acima também se aplica aos valores pagos proporcionalmente durante o vínculo empregatício ou sobre as parcelas apuradas quando das rescisões de contrato de trabalho.

Parágrafo Segundo - Não terão direito ao Prêmio Assiduidade os empregados que faltarem injustificadamente ao trabalho, sendo válidos os atestados médicos na forma da Lei e os afastamentos decorrentes de acidentes de trabalho.

CLÁUSULA QUINTA - CESTA BÁSICA (recomendação)

Recomenda-se que as empresas forneçam gratuitamente aos seus empregados uma CESTA BÁSICA com gêneros alimentícios de primeira necessidade.

Parágrafo Único: Indicativo de negociação de uma cesta básica para a CCT 2010/2011.

CLÁUSULA SEXTA – PROBABILIDADE DO BANCO DE HORAS

Fica convencionado que para a implantação do Banco de Horas, deverá a empresa interessada fazer uma solicitação por escrito ao Sindicato Profissional, o qual se compromete a apreciar e negociar juntamente com a empresa um Acordo Coletivo para a sua implantação, conforme determina a legislação em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DA REMUNERAÇÃO DO TRABALHO

Fica garantido o recebimento normal do salário-base pelo empregado nas hipóteses de interrupção ou de suspensão do trabalho, decorrentes de fatores climáticos ou adversos, e de qualquer outro relevante ou impeditivo da prática do trabalho, desde que o motivo da ausência não seja atribuível ao empregado.

CLÁUSULA OITAVA- ISONOMIA

Em nenhuma hipótese poderá o empregado mais novo receber salário superior ao do mais antigo da mesma função, em razão de, na data de admissão o empregado mais novo ter tido seu salário fixado com base no do empregado mais antigo, já corrigido e atualizado, obedecendo, desta forma, a uma natural isonomia.

CLÁUSULA NONA – SUBSTITUIÇÃO

Em caso de substituição, não eventual, serão assegurados ao empregado substituto o salário e demais direitos auferidos pelo substituído, em razão do exercício do cargo, mas somente enquanto perdurar a substituição.

CLÁUSULA DÉCIMA – FERIADO DA CATEGORIA

Será considerado feriado para toda a categoria a 3ª Segunda Feira do mês de março do ano de 2010 (15/03/2010), não havendo trabalho nesta data.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CAFÉ DA MANHÃ

As Empresas concederão café da manhã consistente em um copo de café com leite, ou um copo de leite, com um pãozinho de 50 (cinquenta) gramas com manteiga ou margarina, a todos os seus empregados, que comparecerem no trabalho com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos, no período matinal.

Parágrafo Único: A título de fornecimento do café da manhã, as empresas farão um desconto nos salários dos empregados correspondente a 1% (um por cento) do salário mínimo vigente a cada mês.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORNECIMENTO DE VESTIMENTA ADEQUADA/ LIVRO DE PONTO/ ARMÁRIOS, VESTIÁRIOS E ÁGUA POTÁVEL

Será concedido, a título gratuito, vestimenta adequada para todos os trabalhadores, inclusive os calçados especiais exigidos por lei, e demais equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando o uso for obrigatório para o exercício da profissão; e a reposição das vestes será feita a critério do empregador e de acordo com as necessidades do empregado.

Parágrafo Primeiro: Todos os empregadores deverão adotar, obrigatoriamente, o sistema de registro de presença (LIVRO DE PONTO OU RELÓGIO), a fim de ser marcado através dele, pelo próprio empregado, com absoluta fidelidade, a duração da jornada de trabalho (entrada, intervalo e saída).

Parágrafo Segundo: As firmas empregadoras manterão nos locais de serviço, armários individuais, vestiários e água potável para o uso dos seus empregados, nos exatos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - HORAS EXTRAS

Na hipótese de prorrogação da jornada de trabalho, as horas extraordinárias, realizadas de segunda a sexta-feira, serão pagas com o adicional de 60 % (sessenta por cento) sobre o salário hora normal do empregado, e as realizadas aos sábados, serão pagas com o adicional de 70% (setenta por cento).

Parágrafo Único: Todo empregado convocado a prestar **HORAS EXTRAS**, fará jus a um lanche constituído de, no mínimo, um pãozinho de cinquenta gramas com manteiga ou margarina, café com leite, o qual será fornecido no início da prorrogação da jornada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS FÉRIAS

Observar-se-á o disposto na CLT. Recomenda-se que o início das férias individuais não coincida com os dias de folga, feriados ou dias compensados, nem tão pouco coincidir com os dias 24 e 31 de dezembro.

Parágrafo Único: Após o retorno das férias a Empresa pagará ao empregado, caso ocorra, a diferença salarial existente entre o salário recebido e o vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - COMPENSAÇÃO DE FERIADO

Quando a empresa adotar o sistema de prorrogação e compensação de horário, e o feriado recair em dia de segunda a sexta-feira, poderá compensar as horas de prorrogação relativas aquele dia de feriado com o trabalho das horas correspondentes no sábado seguinte ou na semana subsequente.

Se o feriado, porém, recair em um sábado, a empresa terá que abolir a prorrogação das horas correspondentes na semana que o anteceder, ou então, pagá-las como se fossem extraordinárias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORMAS DE PAGAMENTO

Caso a remuneração seja mensal, o pagamento deverá ser feito até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido; estando assegurado a obrigatoriedade do fornecimento de VALE / ADIANTAMENTO aos empregados no valor correspondente a 40% (quarenta por cento) do salário nominal do empregado, devendo o mesmo ser pago no período compreendido entre os dias 20 (vinte) e 25 (vinte e cinco) de cada mês, compensável por ocasião do pagamento restante do salário.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas se obrigam a entregar a cada qual dos seus empregados, seja mensal ou semanalmente, o comprovante de pagamento, com todas as parcelas neles discriminadas, inclusive os descontos efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DESCONTOS NOS SALÁRIOS

As empresas e/ou empregadores não efetuarão qualquer desconto nos salários dos empregados, salvo aqueles autorizados por lei, no contrato individual de trabalho, em Acordo ou previstos nesta Convenção Coletiva de Trabalho, os decorrentes de sentença normativa de dissídio coletivo, ou quando se tratar de desconto oriundos de Vale/adiantamento salarial, respeitadas as regras previstas no art. 462, "caput" e parágrafos da CLT.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ANOTAÇÕES NA CTPS

As empresas efetuarão as anotações pertinentes às alterações salariais, férias, os contratos de experiência e as suas prorrogações, os cargos e funções exercidos, as promoções, bem como a baixa nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social dos seus empregados, de conformidade com a legislação pertinente, não podendo reter a CTPS do empregado por mais de 48:00 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - AVISO PRÉVIO

Fica vedada aos empregadores a determinação de que o empregado dispensado cumpra o aviso prévio em casa, devendo ser observados os ditames legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PIS

O empregado quando da retirada do PIS ou do Auxílio natalidade, terá abonada sua ausência ao serviço por 1/2 (meio) dia, a partir das 12:00 horas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PREENCHIMENTO DE FORMULÁRIOS PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

As empresas e/ou empregadores obrigam-se a preencher para seus empregados os formulários exigidos pela Previdência Social, dentro dos prazos seguintes: em caso de afastamento por auxílio-doença dentro de 5 (cinco) dias, tratando-se de aposentadoria em 10 (dez) dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - APROVEITAMENTO DE DEFICIENTES FÍSICOS

As empresas comprometem-se a admitir, na medida de suas possibilidades e em funções compatíveis, pessoas portadoras de deficiência física, observados os parâmetros legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - EXAME MÉDICO/ COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO/ MEDICAMENTOS

Os exames laboratoriais quando exigidos pela empresa ou por Lei, serão pagos pela empregadora e efetuados nos locais determinados pela mesma.

As empresas comunicarão ao Sindicato Profissional, no prazo legal, os acidentes de trabalho ocorridos com os empregados.

Caberão aos Sindicatos convenientes Patronal e Profissional, desenvolver estudos para viabilizar assinaturas de Convênios com farmácias e drogarias, com o intuito de obter a compra de remédios para os trabalhadores a preços mais acessíveis ou mediante parcelamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ABONO DE FALTA AO EMPREGADO ESTUDANTE

Será abonada a falta ao serviço, a entrada com atraso ou a saída antecipada do empregado estudante, desde que necessário o comparecimento do mesmo em provas ou exames escolares; e seja regularmente matriculado em estabelecimento de ensino oficial ou devidamente reconhecido, e desde que pré-avisado o empregador com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, e a comprovação do comparecimento no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da realização da prova.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - AUXÍLIO ESCOLAR

Os Sindicatos convenientes envidarão esforços no sentido de incentivar as empresas a promoverem a educação para os filhos dos trabalhadores.

As empresas e/ou empregadores se obrigam a conceder aos seus empregados, até o dia 20 de fevereiro de 2010, que estiverem trabalhando no mês de janeiro/2010, uma AJUDA DE CUSTO para aquisição de material escolar no valor de R\$ 42,00 (quarenta e dois reais), sendo certo que o respectivo valor a ser pago é por cada filho que esteja cursando da Pré-Escola a 8ª série do 1º grau.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - INCENTIVO À ALFABETIZAÇÃO

As empresas e/ou empregadores deverão promover estudos, a fim de valorizar e reconhecer os bons serviços prestados pelos trabalhadores; bem como deverão promover aos empregados interessados um programa de ALFABETIZAÇÃO.

Com a finalidade de aprimorar o programa de Alfabetização, as empresas procurarão evitar a demissão dos empregados que estiverem fazendo o curso, objetivando não interromper o aprendizado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO

As empresas farão, em favor dos seus empregados e tendo como beneficiários aqueles legalmente identificados junto ao INSS, um Seguro de Vida e Acidentes em Grupo, sem quaisquer ônus para o empregado, observadas as seguintes coberturas mínimas:

- a) Em caso de morte do empregado, por qualquer causa e independentemente do local da ocorrência - 20 salários mínimos.
- b) Em caso de morte por acidente de trabalho - 20 salários mínimos.
- c) Em caso de invalidez por acidente de trabalho - 20 salários mínimos.

Caso a invalidez por acidente seja parcial, a indenização deverá ser proporcional ao seu grau de invalidez.

d) Em caso de Invalidez Funcional Permanente Total por Doença, prevista pelo artigo 17 da Circular SUSEP nº 302, de 19 de setembro de 2005 - 20 salários mínimos.

Ocorrendo a morte do empregado, por qualquer causa e independente do local da ocorrência, os beneficiários do seguro deverão receber 2 cestas básicas de 25 Kg cada.

Parágrafo Primeiro - As indenizações, independente da cobertura, deverão ser processadas e pagas aos beneficiários do seguro, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas após a entrega da documentação completa exigida.

Parágrafo Segundo - Além das coberturas previstas no “caput” desta cláusula, a apólice de Seguro de Vida em Grupo deverá contemplar uma cobertura para o auxílio-funeral no valor de R\$ 340,75 (trezentos e quarenta reais e setenta e cinco centavos), em caso de falecimento do trabalhador por acidente de trabalho, corrigido na forma do disposto no parágrafo terceiro.

Parágrafo Terceiro - A partir do valor mínimo estipulado e das demais condições constantes do “caput” desta cláusula, ficam as empresas livres para pactuarem com seus empregados outros valores, critérios e condições para a concessão do Seguro, bem como a existência ou não de subsídio por parte da empresa e a efetivação ou não do desconto no salário do empregado, o qual deverá, se for o caso, incidir apenas na parcela que exceder ao limite acima.

Parágrafo Quarto - Aplica-se o disposto nesta Cláusula a todas as empresas, sendo as mesmas responsáveis pelo cumprimento desta obrigação.

Parágrafo Quinto - Os empregadores deverão enviar cópia da apólice de seguro celebrada ao sindicato profissional.

Parágrafo sexto: Indicativo de negociação de alteração no valor do prêmio em caso de morte por acidente para CCT2010/2011.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DIVULGAÇÃO DE CONVÊNIOS E PLANOS ASSISTENCIAIS

Os Sindicatos convenientes se empenharão na divulgação para as empresas dos convênios e planos assistenciais que são promovidos, bem assim os projetos que visem a implantação de programas de alfabetização e/ou de cursos de especialização dos trabalhadores.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - RELACIONAMENTO SINDICATO / EMPRESA

As empresas comprometem-se a receber os diretores do Sindicato profissional e seus assessores, bem como autorizam a visita dos

mesmos, desde que a visita seja pré agendada com 48:00 (quarenta e oito) horas de antecedência e mencionado o assunto a ser tratado.

Parágrafo Único: Para fins de novo emprego por solicitação do empregado, a empresa se for o caso, atestará por escrito, a boa conduta do empregado no período do contrato de trabalho em vigor ou já extinto.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - QUADRO DE AVISOS

As Empresas, com mais de 20 (vinte) empregados, permitirão que o Sindicato afixe em local visível e de fácil acesso aos seus empregados um quadro de avisos, onde deverão ser expostos os comunicados, cartazes, convocatórias de assembléias e reuniões sindicais, desde que não contenham matérias de cunho político-ideológicas ou ofensivas a Empresa, seus dirigentes ou terceiros.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES

Deverá ser concedida licença remunerada a 01 (um) dirigente sindical por empresa, no total de 02 (dois) dias de trabalho por mês, a fim de que o mesmo possa exercer sua atividade sindical, desde que o pedido de liberação seja dirigido ao empregador com antecedência mínima de 48:00 (quarenta e oito) horas, mediante requisição por escrito do Presidente do Sindicato Profissional, ou seu substituto legal.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – GARANTIAS

Ficam garantidos todos os direitos inerentes aos trabalhadores, assegurados na CLT, e legislação esparsa sobre Segurança e Medicina do Trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL DEVIDA AOS EMPREGADOS

As diferenças salariais, do mês de abril/09, resultante da aplicação das disposições contidas na presente CCT, **serão, obrigatoriamente, pagas, junto com o vale adiantamento do mês de maio/09** (entre os dias 20 e 25 do mês de maio), que também deve ser feito com base no salário reajustado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – GARANTIA DE EMPREGO ANTES DA APOSENTADORIA

Aos empregados que estiverem a menos de 12 (doze) meses da aquisição do direito à aposentadoria, em seus prazos mínimos, e que se encontrarem trabalhando a pelo menos 3 (três) anos na empresa, esta

assegurar-lhe-á o emprego ou remuneração e demais direitos devidos no período, até a aquisição do referido direito, salvo em caso de justa causa.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - FISCALIZAÇÃO DA CONVENÇÃO

Competirá à Subdelegacia Regional do Ministério do Trabalho de Juiz de Fora, a fiscalização da presente CCT, em todas as suas cláusulas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – COMPETÊNCIA

As divergências na aplicação destas cláusulas serão solucionadas em primeira instância pelas partes convenientes. Na impossibilidade de solução e esgotadas as vias de negociação, será competente a Justiça do Trabalho - TRT - 3ª Região para dirimir quaisquer divergências do presente instrumento coletivo de trabalho (art. 114 da CF/88).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – REVISÃO DAS CLÁUSULAS ECONÔMICAS

As partes se comprometem à proceder um estudo revisional das cláusulas econômicas aqui estabelecidas no mês novembro/2009, desde que uma das partes se manifeste expressamente com o mínimo de 10 (dez) dias de antecedência.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – MULTA

Constatada a inobservância por qualquer das partes de alguma cláusula da presente CCT, será aplicada à inadimplente multa equivalente a 5 % (cinco por cento) do menor piso salarial concedido à categoria profissional, elevada para 10 % (dez por cento) do menor piso salarial, em caso de reincidência específica, importância que reverterá em benefício da parte prejudicada, ficando excetuadas desta penalidade aquelas cláusulas para as quais já estiver prevista sanção específica.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – RESCISÃO CONTRATUAL

Todas as rescisões de contrato de trabalho, com mais de 6 (seis) meses de relação empregatícia, serão homologadas no Sindicato Profissional, sob pena de nulidade das mesmas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – RELAÇÃO DE CURSO

Na época da dispensa e desde que solicitada, a Empresa fornecerá ao empregado uma relação contendo todos os cursos por ela patrocinados, durante a vigência do contrato de trabalho.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DA CATEGORIA ECONÔMICA

As firmas empregadoras da categoria econômica (EMPRESAS), sujeitas às obrigações contidas na CCT ora firmada, recolherão em nome do **SINDICATO NAS INDUSTRIAS DO MOBILIÁRIO DE JUIZ DE FORA**, através de guias próprias de recolhimentos a serem emitidas pelo Sindicato Patronal, ora beneficiado, junto ao **BANCO DO BRASIL S.A., Agência nº 0024-8, até 30 de julho de 2009**, as importâncias abaixo discriminadas:

- **R\$ 113,45** (cento e treze reais e quarenta e cinco centavos) por empresa que tenha de 0 (zero) a 25 (vinte e cinco) empregados.
- **R\$ 226,91** (duzentos e vinte e seis reais e noventa e um centavos) por empresa que tenha de 26 (vinte seis) a 50 (cinquenta) empregados.
- **R\$ 333,27** (trezentos e trinta e três reais e vinte e sete centavos) por empresa que tenha mais de 50 (cinquenta) empregados.

Parágrafo Único: O não recolhimento de desconto, objeto desta cláusula e do documento a ser emitido, oportunamente, implicará obrigatoriamente, no pagamento para o Sindicato Patronal beneficiado, além dos valores previstos nesta cláusula, de uma multa 10% (dez por cento) sobre o valor devido.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA – CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL

As empresas vinculadas ao Sindicato das Indústrias do Mobiliário e Artefatos de Madeira de Juiz de Fora, associadas ou não, contribuirão em uma só vez, como previsto no inciso IV do art. 8º, da Constituição Federal, para o custeio do sistema confederativo, recolhendo, até o dia 30 de setembro de 2009, à conta nº 9848-5, BANCO DO BRASIL S.A., agência nº 0024-8, a quantia de:

- R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) por empresa que tenha de 0 (zero) a 25 (vinte e cinco) empregados.
- R\$ 110,00 (cento e dez reais) por empresa que tenha de 26 (vinte e seis) a 50 (cinquenta) empregados.
- R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais) por empresa que tenha mais de 50 (cinquenta) empregados.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÕES DOS TRABALHADORES (art. 513 da CLT).

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS TRABALHADORES.

Conforme deliberado e aprovado pela categoria profissional na **Assembléia Geral Extraordinária** realizada no dia **19/02/2009**, ficou assegurado que as empresas descontarão nos salários de todos os empregados abrangidos por esta Convenção, sejam estes sindicalizados ou não, a **CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**, cujo repasse das empresas para o Sindicato Profissional será feito até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao mês do respectivo desconto, na conta corrente nº **5663-4 – Agência 0024-8** do **BANCO DO BRASIL S.A. Agência 0024**, em guias próprias que serão fornecidas, em tempo hábil pelo Sindicato favorecido, contendo o prazo e demais condições para o recolhimento.

A Contribuição Assistencial será de **1% (um por cento)** do **PISO SALARIAL** dos trabalhadores, devendo ser recolhida mensalmente, conforme previsto no **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 250/2005** firmado entre o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JUIZ DE FORA** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – Procuradoria Regional do Trabalho – 3ª Região (doc. Anexo)** que passa a fazer parte integrante da presente **CCT**.

O Sindicato profissional enviará as guias de recolhimento da referida Contribuição e, posteriormente, as empresas enviarão ao Sindicato Profissional o comprovante de pagamento bem como a relação nominal dos empregados, contendo a discriminação dos respectivos valores recolhidos.

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Os empregadores comprometem-se a remeter ao Sindicato Profissional, o comprovante de recolhimento da **CONTRIBUIÇÃO SINDICAL**, no prazo de 15 (quinze) dias após o efetivo recolhimento, bem como a relação nominal dos empregados, contendo a discriminação dos respectivos valores recolhidos.

MULTA POR ATRASO.

Se houver atraso no repasse dos valores mencionados nas cláusulas acima, a empresa ficará constituída em mora, devendo efetuar o pagamento com acréscimo de 10% (dez por cento), a título de multa.

DIREITO DE OPOSIÇÃO.

Fica assegurado o direito de oposição ao empregado que discordar da cobrança de qualquer Contribuição, de conformidade com o que preconiza **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, sendo que este direito poderá ser exercido pelo trabalhador, por escrito, conforme previsto no Termo de Ajustamento de Conduta nº 250/05, firmado entre o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JUIZ DE FORA e O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – Procuradoria Regional do Trabalho – 3ª Região (doc. anexo) que passa a fazer parte integrante da presente CCT.

O empregador somente suspenderá o desconto do trabalhador que a ele se opor, mediante comunicado formal do Sindicato Profissional, o qual se obriga a fazê-lo imediatamente a concretização da oposição feita individualmente pelo empregado. A empresa é considerada intermediária nesse repasse, devendo, portanto, abster-se de provocar o direito de oposição do empregado (por ser um direito dele), sob pena de responder pelo pagamento.

Se a oposição do empregado ao referido desconto gerar obrigação de restituição dos mesmos, esta obrigação será de responsabilidade do respectivo Sindicato Profissional, desde que a empresa comprove que recolheu as contribuições.

Parágrafo único - As empresas contratantes se responsabilizarão pelas empresas contratadas para a prestação de serviços de empreitadas e/ou sub-empreitadas, no que tange ao cumprimento da CCT, exigindo das mesmas o comprovante de recolhimento dos encargos e contribuições para posterior reembolso do valor referente aos serviços prestados.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - PRAZO DE VIGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência pelo prazo de 1 (um) ano, iniciando em 1º de abril de 2009 (Data-Base) e com

término em 31 de março de 2010, devendo os Sindicatos convenientes, em cumprimento às exigências legais, cumprirem fielmente o pactuado.

Juiz de Fora - MG, 05 de maio de 2009.

CARLOS A. S. DE CARVALHO
PRESIDENTE DO SIM/JF

MÁRCIO MENDES DE ALMEIDA
PRESIDENTE DO STICM/JF

ASSESSOR JURÍDICO
Neowander de Paula Lima
OAB/MG 52.816

ASSESSORA JURÍDICA
Rita de Cássia Ribeiro Spínola
OAB/MG 62.080

ASSESSORA JURÍDICA
Terezinha Margarida de Sales
OAB/MG 70.524